

# Privatização do Sarah é polêmica na Câmara

JORNAL DE BRASÍLIA 22 AGO 1991

OF-Saudi

A Comissão de Seguridade Social e Família discutiu ontem o projeto do Executivo que extingue a Fundação das Pioneiras Sociais e cria a Associação das Pioneiras Sociais, para gerir o Hospital Sarah Kubitschek. O projeto que tramita em regime de urgência — devendo ser votado até o dia 9 de setembro — foi alvo de polêmica, durante as seis horas de audiência pública à qual compareceram funcionários, pessoas ligadas à Fundação, sindicalistas e o presidente da Fundação Pioneiras Sociais, Aloysio Campos da Paz, que afirmou que caso não ocorra a transformação, o hospital acaba.

Em tom dramático, Campos da Paz que é diretor do hospital, declarou que é da responsabilidade do Congresso Nacional o futuro da instituição. Ele defendeu o projeto, afirmando ser vital a testagem da nova forma de gestão. Pelo projeto, a Associação das Pioneiras Sociais passa a ter um caráter privado. A deputada Jandira Feghali (PC do B-RJ) criticou esse ponto: “Seria uma estranha forma de privatização, constituída com o patrimônio público e mantida com os recursos dos cofres públicos”.

Campos da Paz rebateu as acusações, declarando que a Associa-

ção é de direito privado, mas que no próprio projeto é determinado que a execução do contrato de gestão será supervisionada pelo Ministério da Saúde e fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União. O presidente da Fundação dos Serviços Sociais entende que é necessário dar à instituição maior autonomia, especialmente para área de recursos humanos.

Outro ponto polêmico discutido ontem foi o Conselho Administrativo da Associação, composto pelos atuais membros da Conselho Comunitário, que poderão ser reeleitos. Vários deputados se manifestaram contrários à proposição do Conselho de auto-renovar e ter a mesma composição atual. Um substitutivo apresentado pelo deputado Sérgio Arouca (PCB-RJ) propõe que o Conselho tenha representantes de entidades do setor de saúde e do hospital, com lugar vinculado à entidade e não à pessoa.

O substitutivo e 18 emendas apresentadas ao projeto estão sendo analisados pelo relator, deputado Geraldo Alkimin Filho (PSDB-SP), que deve emitir parecer dentro de uma semana. O relator já se manifestou a favor do projeto, com algumas modificações, especial-

mente no Conselho Administrativo.

## Resistências

Para Campos da Paz, os maiores focos de resistência ao projeto é a questão da mudança do Regime Jurídico Único para a CLT, a partir da criação da Associação das Pioneiras Sociais. O projeto prevê dedicação exclusiva e tempo integral e acaba com a estabilidade. O presidente da Associação dos servidores da Fundação das Pioneiras Sociais de Belo Horizonte, Eurípedes Alvarenga, contestou perante os parlamentares que o “projeto privatiza a instituição, mudando a relação de trabalho, tirando dos servidores direitos adquiridos por serem ligados a uma fundação pública”.

O diretor do Hospital de Base do Distrito Federal (HDBF), Mauro Guimarães, compareceu à Câmara Federal, a convite da comissão e se mostrou contrário ao tipo de gestão proposta pelo projeto. “É uma gestão centralizadora, que marginaliza todo um grupo que trabalha na rede pública de Saúde”. Ele sugeriu que a Comissão estude novas propostas de gestão que “não privilegie apenas o Sarah Kubitschek”.